

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE: UM PERCURSO

Liane Maria Bertucci

Introdução

Em 2009 a epidemia de gripe A (H1N1) mobilizou a atenção de grande parte da população mundial até mesmo por evidenciar o potencial de letalidade de uma doença corriqueira, que em geral faz poucas vítimas fatais. Entre as considerações de médicos e autoridades governamentais sobre os meios para evitar a propagação da moléstia estavam os cuidados higiênicos, como lavar as mãos antes das refeições, e os alertas para que as pessoas evitassem os locais fechados e as aglomerações. No Brasil, como em outros países, a divulgação dessas recomendações em folhetos, cartazes e na grande mídia foi conjugada com palestras e outras atividades instrutivas realizadas em escolas, notadamente as de ensino fundamental.

Foram várias as mortes causadas pela gripe A (H1N1) e o número dos que adoeceram foi grande, mas a temida devastação epidêmica não aconteceu, para alívio de todos. Entretanto, as medidas implementadas nas semanas de epidemia tornaram explícita uma perspectiva muitas vezes despercebida pelas pessoas: a estreita relação entre saúde e educação.

A relação saúde e educação ganhou ênfase em diversos países ocidentais a partir do século XVIII, como desdobramento das preocupações com a higiene urbana. Embasados pela teoria da infecção miasmática¹, médicos higienistas desse período difundiam a necessidade da circulação do ar e dos bons odores para a manutenção da saúde nas cidades, principalmente naquelas cuja densidade demográfica havia aumentado — um dos resultados das transformações socioeconômicas aceleradas pelas máquinas. Limpar e arejar para manter o ambiente saudável tornou-se pauta governamental e cresceu o número de publicações com “conselhos” sobre higiene e saúde.

Nas décadas seguintes, quando ideais iluministas se desdobravam em propostas para a educação da população e a questão da formação de leitores era parte significativa dos debates sobre a escolarização (BOTO, 1996; HÉBRARD, 2000), foram publicados na Europa vários

¹ Para os partidários da teoria da infecção miasmática ou infeccionistas, uma doença só poderia ser adquirida das condições do meio ambiente propícias para sua manifestação; não haveria transmissão por contato direto entre indivíduos, apenas a transmissão indireta, ou seja, quando uma pessoa doente contaminava o ar que a circundava (FERREIRA, 2001).

manuais e dicionários de medicina doméstica. Esses livros pretendiam instruir os leigos em conhecimentos básicos sobre o funcionamento do corpo e sobre cuidados elementares para manutenção da saúde. No Brasil, apesar do receio de alguns doutores² sobre os perigos da vulgarização de aspectos de um saber especializado, dicionários como o Chernoviz e o Langgaard rapidamente se difundiram no século XIX.

Mas não foram apenas em publicações escritas pelos médicos para os leigos que o saber da medicina circulou na sociedade brasileira nesse período. Nos jornais diários editados nas maiores cidades do país pontuavam artigos ou outros textos de doutores que, escrevendo sobre moléstias, questões relativas à saúde ou denunciando curandeiros e charlatães, concorriam para divulgar aquela que consideravam a verdadeira arte de curar. É preciso considerar o impacto desses impressos, mesmo em locais com pequeno número de alfabetizados, pois a leitura em voz alta e as conversas de um leitor com familiares, vizinhos ou amigos poderiam difundir noções médicas. Se tais noções foram muitas vezes descartas pelas pessoas ou combinadas com práticas populares de cura — para desespero dos doutores —, elas foram também popularizando a medicina e aqueles que se consideravam seus legítimos praticantes: os médicos.

Paralelamente, em discussões na Academia Imperial de Medicina e em teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio Janeiro e na Faculdade de Medicina da Bahia a atenção com questões relacionadas à higiene escolar ganhou espaço e teve como primeiro tema o prédio da escola — sua localização e arejamento —, pois era preciso evitar a proliferação de miasmas deletérios; uma preocupação redobrada quando as epidemias castigavam as cidades brasileiras (GONDRA, 2004; MEIRELLES *et al*, 2004). Do prédio escolar ao aluno: nos últimos anos dos Oitocentos ocorreu um progressivo deslocamento da atenção dos médicos, e o edifício da escola tornou-se uma preocupação intimamente relacionada à boa constituição física de crianças e jovens. Transformações causadas pela bacteriologia, que desbancou a teoria miasmática³, e pela medicina experimental (fisiologia, análises laboratoriais) aceleraram esse processo no final do século XIX. No desenrolar dessas

² Neste artigo utilizo doutor como sinônimo de médico. Desde 1832 a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Medicina da Bahia previam a outorga do título de doutor aos formandos que defendessem tese inaugural ou doutoral no final do curso de medicina. Nem todos os formandos realizavam esse trabalho acadêmico, mas a maioria dos médicos citados nos textos apresentados neste artigo foi identificada como doutor.

³ Os partidários da teoria do contágio, ou contagionistas, acreditavam que a doença — causada por *seminaria contagium* (sementes de contágio), como definiu G. Fracastoro em 1546 — seria transmitida pela respiração do ar contaminado, pelo contato físico direto entre indivíduos ou indiretamente pelo manuseio de objetos contaminados pelos doentes (FERREIRA, 2001). Na segunda metade do século XIX, os trabalhos de Louis Pasteur, Joseph Lister e Robert Koch deram fundamento à causa microbiológica da doença e validaram a tese do contágio.

mudanças muitas das ações priorizadas pelos adeptos da tese dos miasmas foram resignificadas, e a higiene, dos lugares e das pessoas, tornou-se prática fundamental para evitar a proliferação de microrganismos causadores de doenças.

Nesse período, o grupo escolar ou escola graduada converteu-se em modelo de educação primária racional e homogênia que o governo republicano (instalado em 1889) pretendia difundir pelo país — o primeiro foi inaugurado em São Paulo em 1894 (SOUZA, 1998; VIDAL, 2006). Nessa instituição a parceria médico-professor tornou-se crucial em meio às acirradas discussões sobre os caminhos para uma boa constituição do povo brasileiro, requisito prévio para um futuro nacional próspero. Se a medicina experimental e as intervenções médico-sanitárias poderiam recuperar a saúde de pessoas que antes pareciam condenadas, a escola primária despontava como local privilegiado para a educação em práticas saudáveis que precisavam ser difundidas na sociedade (MARQUES, 1997; ROCHA, 2003)⁴.

Essa parceria médico-professor talvez seja o melhor exemplo da estreita relação saúde e educação durante as primeiras décadas dos Novecentos. Uma relação que sofreu mudanças no acelerado século XX, mudanças pautadas pelas transformações na área médico-científica e pelas intervenções sociais dos médicos em nome da saúde; pelas alterações na estrutura da educação escolar, e, também, pela multiplicação dos meios de comunicação de massa, que no início do século XXI informam/formam os indivíduos com velocidade inimaginável há poucas décadas. Mas a relação saúde-educação continua a permear o cotidiano das pessoas, como foi possível perceber durante a gripe epidêmica de 2009.

Entretanto essa relação pouco mobilizou a atenção dos historiadores brasileiros, pelo menos até a década de 1980; historiadores que também parcamente se dedicaram a estudos sobre saúde ou sobre educação até esse mesmo período.

História da Saúde e História da Educação⁵

⁴ Tema debatido desde as discussões sobre uma política imigratória para o país nos Oitocentos, a questão da formação do brasileiro, permeada por teses raciais, foi combinada no período republicano com a difusão dos feitos da medicina experimental e, a partir de meados dos anos 1910, com o movimento sanitário (pleiteavam a elaboração e realização de políticas nacionais de saúde pública, o que incluía a educação sanitária) e também com a divulgação de ideias eugênicas, notadamente da tese que ações de melhoramento, como hábitos de higiene e saneamento, poderiam concorrer para o aperfeiçoamento da espécie humana (SCHWARCZ, 1993; LIMA; HOCHMAN, 1996).

⁵ Quanto julguei significativo para as considerações realizadas, informei nas referências bibliográficas o ano da primeira edição de uma obra.

No Brasil até os anos 1970 a história da saúde foi atrelada a da medicina e assim à história da ciência. Essa história da medicina foi escrita por médicos que, segundo Edler (1998, p. 170), encadeando fatos e protagonistas, concorreram para a elaboração de uma “memória que conduzia inexoravelmente à celebração da medicina vigente”. *História geral da medicina brasileira*, em dois volumes, de Lycurgo de Castro Santos Filho (1991), pode ser considerada um dos melhores exemplos dessa produção. A partir da virada para os anos 1980, influenciados por Michel Foucault (1979; 1980) e também pelo marxismo — que havia se difundido de forma exponencial na academia —, cientistas sociais e médicos, tais como Maria Cecília Donnangelo (1975); Madel Luz (1982), Emerson Mehry (1985), Roberto Machado *et al* (1978) e Jurandir Freire Costa (1979), realizaram estudos destacando as relações de poder imbricadas na formação e atuação dos profissionais de saúde. Modelos para vários outros textos, essas obras também foram criticadas por repetir, em outros termos, a linearidade que afirmavam refutar e pelas generalizações carentes de bases empíricas que apresentavam (EDLER, 1996; 1998)⁶.

Quanto à história da educação, essa área de estudo e pesquisa, criada na Europa no século XIX como disciplina das Escolas Normais e de cursos de formação de professores (NÓVOA, 1998; SIRINELLI, 1994), foi introduzida no Brasil como parte do currículo da Escola Normal do Rio de Janeiro nos anos 1920. Na década de 1930, com a reforma do Instituto de Educação da capital federal, a história da educação passou a compor a disciplina História e Filosofia da Educação, modelo de estrutura disciplinar consagrado por reformas educacionais posteriores de âmbito nacional (VIDAL; FARIA FILHO, 2003). Assim, relacionada com a Pedagogia e atrelada à Filosofia, a história da educação era tema de sociólogos e educadores.

Fundamentada em grande parte na obra *A cultura brasileira* de Fernando de Azevedo, publicada em 1943, a história da educação escrita no Brasil nesse período, com viés formador e salvacionista, em geral apresentava considerações sobre o que deveria ter sido e não foi ou alinhavava dados sobre escola ou legislação escolar como se estes falassem por si (LOPES; GALVÃO, 2001; VIDAL; FARIA FILHO, 2003)⁷. Em 1952 a tese de Laerte Ramos de

⁶ Nesse período também é perceptível a influencia do trabalho de George Rosen (1994) em estudos realizados no Brasil, como o de Costa (1985).

⁷ Textos esparsos publicados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX abordaram temas relacionados à história da educação, destacando aspectos estatísticos. Singular é o livro de José Ricardo Pires de Almeida, *Instrução pública no Brasil: história e legislação (1500-1889)*, o primeiro dedicado exclusivamente à história da educação nacional — editado em francês em 1889 e traduzido para o português apenas em 1989. Outra obra significativa sobre a educação no Brasil é a de Primitivo Moacyr, publicada entre 1936 e 1942, composta de quinze volumes.

Carvalho *As reformas pombalinas da instrução pública* indicou mudança. No seu trabalho Ramos de Carvalho realizou um levantamento de fontes primárias e efetuou um estudo histórico com o objetivo de compreender a educação em seu “sentido íntimo, a filosofia”, distanciando-se da abordagem sociológica de Azevedo (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p.55). Mesmo reforçando uma perspectiva filosófica pedagógica como matriz para a compreensão da história da educação, a abordagem apresentada nessa tese concorreu para a multiplicação de pesquisas documentais, o que contribuiu para a paulatina divisão da disciplina História e Filosofia da Educação e, paralelamente, para a inserção de história da educação brasileira nos currículos escolares (VIDAL; FARIA FILHO, 2003; LOPES; GALVÃO, 2001).

Mas, se até a década de 1980 a história da saúde não mobilizava a atenção de muitos historiadores “de formação”, a história da educação continuou área de pesquisas de sociólogos e educadores. Nesta perspectiva, a elaboração de estudos centrados em temas relativos à história da educação em saúde parecia distante.

Contudo esta década sinalizou transformações que reverberariam até o início do século XXI. A influência marxista tornou-se perceptível na área da história da educação e, nesse caso, especialmente os estudos de Louis Althusser e Antonio Gramsci, o que, segundo Vidal e Faria Filho (2003, p. 57), reforçou o contato com a filosofia e também com a matriz sociológica azevediana ao acentuar “a centralidade à ação política dos intelectuais e ao conceito ampliado de Estado”. Mas essa tendência marxista da história da educação que tinha, segundo Barreira (1995, p.236), uma “abordagem dialética associada ao veio teórico da dependência”, pareceu facilitar uma aproximação com debates que estavam acontecendo na História — debates que até mesmo questionavam o marxismo.

Como escreveu José Roberto do Amaral Lapa, ao abordar a historiografia nacional produzida entre a segunda metade dos anos 1960 e meados dos anos 1980:

É claro que o avanço do arsenal teórico de categorias marxistas foi insuperável [...], ainda que esse avanço seja também marcado pelas divergências e releituras que identificam vários marxismos, o que evidentemente vem repercutindo entre nós, graças, sobretudo, à literatura científica francesa e inglesa (LAPA, 1985, p.79).

Essa repercussão, que se ampliou nos anos seguintes, foi, em grande parte, motivada pelas questões surgidas a partir da obra *The making of the English working class* de Edward P. Thompson, publicada na Inglaterra em 1963 e lida no Brasil muito antes da impressão de sua primeira edição no país em 1987. A partir de ampla pesquisa (jornais, livros, sermões, canções populares, folhetos, etc) esse historiador de tradição marxista, discutiu aspectos

plurais dos costumes e das experiências de homens e mulheres que, com suas ações cotidianas e interesses comuns foram se reconhecendo como classe — entendida como resultado de um processo, com suas peculiaridades, e não uma simples criação mecanizada do capitalismo industrial (THOMPSON, 1987). Outra obra que evidenciou ideias, crenças e formas de ação de “pessoas comuns”, foi o livro *Montaillou, povoado occitânico - 1294-1324*, do *annaliste* Emmanuel Le Roy Ladurie (1997). Neste livro Ladurie mostrou que a história dos “de baixo” da sociedade poderia ir além das épocas moderna ou contemporânea ao apresentar e discutir o dia a dia de uma aldeia francesa do século XIV a partir do documento *Le registre d’Inquisition de Jacques Fournier, évêque de Pamiers (1318-1325)*, no qual estavam transcritos depoimentos dos habitantes do lugar.

Assim, desde a segunda metade dos anos 1970, em meio ao aprofundamento das críticas aos marxismos (p.ex. THOMPSON, 1981), e aos questionamentos realizados pelos membros da “nova história” ou “terceira geração” da Escola dos *Annales* (LE GOFF, 1990), novos temas começaram a ganhar relevância como objetos de pesquisas históricas, inclusive no Brasil. Nesse período as ideias de Michel de Certeau sobre o “homem ordinário”, os conceitos de prática, tática e estratégia e apropriação, começaram a se difundir (CERTEAU, 2011; 2011). Também cresceu entre historiadores brasileiros a utilização das obras de Michel Foucault, com destaque para o conceito de biopoder (FOUCAULT, 1979).

Dois textos da coletânea *História: novos objetos* (LE GOFF; NORA, 1976) podem exemplificar as abordagens renovadas que os temas saúde e educação começavam a suscitar: “O livro: uma mudança de perspectiva” de Roger Chartier e Daniel Roche, sobre leitores, produção e circulação de impressos e alfabetização entre os séculos XVII e XVIII (CHARTIER; ROCHE, 1976) e “O corpo: o homem doente e sua história” de Jacques Revel e Jean-Pierre Peter, no qual os autores, extrapolando uma “história socializante” fundada em estruturas socioeconômicas ou classes sociais, alertam os historiadores sobre as “falas” do corpo, do dizer do homem enfermo, e sobre as diferentes artes de curar imbricadas no dia a dia da população (REVEL; PETER, 1976).

Na virada para os anos 1990 a frase de Roger Chartier “da história social da cultura a uma história cultural do social” (CHARTIER, 1991, p.180) repercutiu entre historiadores e entre pesquisadores de história da educação, e os conceitos representação e apropriação e a ideia de circulação foram amplamente utilizados por estudiosos da “nova história cultural”.

Mudanças na história social, uma nova história cultural⁸. Esse contexto favoreceu a utilização pelos pesquisadores da educação de referenciais teóricos da História e também impulsionou o interesse dos historiadores “de formação” pela história da educação. O número de historiadores da educação, oriundos ou não dos cursos de História cresceu de maneira significativa no Brasil. Entre os temas desse ampliado grupo está o da história da educação em saúde — entendida neste artigo como história da instrução e educação para a saúde, educação sanitária e história da formação profissional na área da saúde.

Saúde e Educação - História da Educação em Saúde

A educação em obras historiográficas que têm como tema central a saúde; questões relativas à saúde nas publicações de historiadores da educação; a história da educação em saúde produzida por pesquisadores brasileiros. Três partes de um percurso⁹.

A partir da virada para os anos 1990 a produção historiográfica brasileira multiplicou e deu outras dimensões para os estudos relacionados ao tema saúde graças às pesquisas nos currículos das faculdades de medicina, nos arquivos de hospitais, nos jornais diários, nos periódicos científicos, nos anais de associações médicas, em debates legislativos, entre outras fontes. Nesse período historiadores da ciência, cada vez mais entendiam que, como escreveu Marcos Cueto (1997, p. 18), “a enfermidade não é um simples fato biológico”, podendo revelar uma enorme gama de questões, como salientou Charles Rosenberg (1992)¹⁰, o que resultou na produção de textos que ressaltavam relações plurais entre saber médico, organizações médico-científicas, medidas sanitárias ou relacionadas à saúde da população e o poder estatal, inclusive destacando ações e reações da população e as outras artes de curar no Brasil. Grande parte desses textos contribui para as reflexões sobre história da educação em saúde.

⁸ Cerca de quinze anos depois da famosa frase de Roger Chartier, Peter Burke teceu considerações sobre os problemas motivados pelos desdobramentos temáticos da nova história cultural, destacando as dificuldades de seus métodos de análise. Burke escreveu que “a grande pergunta social: quem?” era feita de maneira reiterada por historiadores da cultura. Para o historiador, o início do século XXI assistia o aparecimento de um “gênero híbrido” de história, social e cultural: “alguns historiadores colocam a ênfase mais na parcela cultural, enquanto outros, no aspecto social” (BURKE, 2005, p.147-148). Confirma também Chartier (2009).

⁹ O percurso que escolhi não tem a pretensão de realizar um exaustivo levantamento bibliográfico, mas de apresentar exemplos significativos de obras, com diferentes concepções teóricas, que abordam o tema educação em saúde inclusive como parte de temática mais ampla.

¹⁰ É preciso assinalar a influência do livro de Thomas Kuhn (1995) e seus desdobramentos interpretativos, e, notadamente, da obra de Bruno Latour (2000) nos estudos de história da ciência realizados no Brasil a partir dos anos 1990.

O livro de Maria Regina Cotrim Guimarães (2016), no qual a autora, depois de abordar manuais de medicina que circulavam no Brasil do século XIX, discute a trajetória e obras de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, que antes do famoso *Dicionário de medicina popular* publicou o *Formulário ou Guia Medico* — obras destinadas a públicos diferentes, mas que foram muitas vezes confundidas. Esmiuçando indícios sobre a utilização do *Dicionário*, Guimarães mostra como o livro, escrito para ensinar princípios da “verdadeira arte de curar” àqueles que não tinham acesso a um médico, concorreu para a divulgação da medicina dos doutores, mas também foi apropriado por praticantes de outras artes de cura concorrendo para a validação de suas ações. O grande número de exemplares e edições do *Dicionário* sinaliza sua difusão: foram 3.000 livros prensados apenas na primeira edição, em 1842; um verdadeiro *best-seller* que circulou por várias décadas¹¹.

O capítulo escrito por Luiz Otávio Ferreira, Maria Rachel Fróes da Fonseca e Flávio Coelho Edler (2001), no qual os autores mostram as alterações curriculares que acompanharam a organização e reformas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX. Ferreira, Fonseca e Edler evidenciam o processo de incorporação e exclusão de disciplinas e os diferentes pressupostos científicos que permearam esse percurso não linear.

O livro de André Mota (2005) que, entre 1892 e 1920, aborda o percurso que resultou na criação e nos primeiros da Faculdade de Medicina de São Paulo. O autor destaca como perspectivas sobre formação (como a iniciativa de Eduardo Guimarães) e ciência médica, a atenção com a saúde da população e as pretensões “dos paulistas”, se mesclavam nas idas e vindas que resultaram na criação da instituição de ensino médico de 1912, instalada em 1913, que ficou conhecida como Casa de Arnaldo, nome que traduziria, desde esse período a “construção de uma tradição” a partir da figura do médico Arnaldo Vieira de Carvalho, que concorreu decisivamente para a fundação da Faculdade.

Também sobre a Faculdade de Medicina de São Paulo, o estudo de Márcia Regina Barros da Silva (2014) tem como marco temporal inicial a virada para o século XX e como baliza final o início da década de 1930. A autora discute como proposições para a formação de médicos foram sendo delienadas em diferentes espaços de atuação dos doutores em São Paulo: na Santa Casa de Misericórdia, na sala de reuniões da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e através das ações da Policlínica desta Sociedade. Currículo do curso

¹¹ Confira o texto na lista de links da revista: Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: a mediação entre o saber acadêmico e o saber popular, de Betânia Gonçalves Figueiredo, que aborda esses manuais (dicionários e outros textos) como divulgadores do conhecimento médico-científico e mostra a diferença dos textos de obras “para os médicos” e grupos afins, daqueles escritos “para os leigos”, apresentando exemplos de apropriações e usos diversos (por vezes condenados pelos doutores) dos saberes desses manuais pela população (FIGUEIREDO, 2005).

de medicina, formas de ensino, produção de conhecimento e o cuidado com a saúde da população – e indícios de educação em saúde – se entrelaçam no livro, que inclui nessa discussão a breve existência da primeira Faculdade de Medicina paulista (1911-1915)¹².

O livro de Maria Gabriela Marinho sobre a participação norte-americana na organização e consolidação da Universidade de São Paulo, criada em 1934 (MARINHO, 2001). A autora escreve sobre mais uma parceira da Fundação Rockefeller em São Paulo, agora com a Universidade, e como as negociações feitas resultaram em investimentos e influência do modelo educacional norte-americano nas áreas de exatas e biológicas dessa instituição de ensino. As trajetórias dos médicos-educadores Ernesto de Souza Campos e Zeferino Vaz são destaque no estudo realizado por Marinho, que também faz considerações sobre os primórdios da Fundação e sobre a parceria Fundação Rockefeller-Faculdade de Medicina de São Paulo celebrada em 1916, uma parceria que reorganizou o ensino e a pesquisa na Faculdade e se desdobrou na criação do Instituto de Higiene de São Paulo¹³.

O livro de Luiz Antonio de Castro Santos e Lina Faria (2003), sobre reforma sanitária no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Dividido em duas partes, o texto é norteado pela perspectiva de “modernização conservadora” ou “pelo alto”. A primeira parte, de autoria de Faria, faz um panorama da atuação da Fundação Rockefeller no país até os anos 1920, salientando o desenvolvimento do serviço médico-sanitário e suas atividades educativas, além das iniciativas científicas e de formação na área da saúde nas quais a Fundação teve papel singular. A segunda parte do livro, sob a responsabilidade de Castro Santos, discute o papel das “elites modernizadoras” nesse processo — o autor faz suas considerações focalizando os estados de São Paulo e Bahia e discute os impasses para uma transformação efetiva e nacional dos serviços de saúde pública.

O livro de André Luiz Vieira de Campos (2006), sobre o Serviço Especial de Saúde Público (SESP) que, entre os anos 1942 e 1960, desenvolveu atividades principalmente na

¹² Confira o texto na lista de links da revista: A reforma médica no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação entre duas retóricas, de Amy Kemp e Flávio Coelho Edler, no qual os autores fazem uma comparação entre o modelo de formação médica proposto Abraham Flexner, nos Estados Unidos, nos primeiros anos do século XX, e a proposta, dos anos 1930, de Antonio da Silva Mello para a educação médica brasileira. Kemp e Edler defendem que a efetivação de tais reformas não dependiam apenas da compreensão que cada uma expressava dos fundamentos (comuns) de um novo modelo — ensino da biomedicina, valorização da carreira científica — mas das respostas que davam às expectativas de transformação em um sistema educacional e de uma carreira já consolidados (KEMP; EDLER, 2004).

¹³ Confira o texto na lista de links da revista: Educadoras sanitárias e enfermeiras de saúde pública: identidades profissionais em construção, de Lina Faria, que, a partir da sociologia das profissões, discute os problemas implícitos no processo de formação e atuação feminina em um novo campo profissional da área da saúde, ligado ao cuidado e a educação sanitária. Enfocando São Paulo na primeira metade do século XX, a autora enfoca os desafios enfrentados por essas mulheres para que este espaço de atuação não fosse simples “delegação” de médicos (FARIA, 2006).

região amazônica e no Vale do Rio Doce. A criação do SESP, relacionada à exploração de matérias primas orquestrada por interesses estratégicos e econômicos (internacionais e nacionais), foi efetivada a partir de adaptações do Serviço às características das populações locais para tornar eficientes as atividades de combate às doenças e de educação em saúde. Para essa empreitada o SESP investiu na formação de profissionais, entre eles as visitadoras sanitárias, cuja atividade era permeada por ações educativas¹⁴.

Mas, se práticas educacionais, escolares ou não, permeiam vários estudos relacionados à saúde, é também possível vislumbrar o tema saúde em estudos sobre a educação, principalmente naqueles sobre o universo escolar.

No livro de Marta Maria Chagas de Carvalho (1998), sobre a Associação Brasileira de Educação (ABE) na segunda metade da década de 1920, as questões higiene (da escola, do aluno) e formação sadia do brasileiro emergem como constituintes de concepções de educação e propostas educacionais apresentadas e discutidas pelos associados da ABE, vários deles médicos¹⁵.

Na obra sobre a Escola Normal da Praça, da cidade de São Paulo, Carlos Monarcha (1999) estuda contextos de organização e de mudanças dessa instituição, destacando vários sujeitos envolvidos e os diferentes sentidos atribuídos à Escola, de meados dos anos 1840 até a década de 1930. Nesse percurso diferentes aspectos relacionados à saúde são abordados: dos castigos corporais à higiene dos espaços.

Os grupos escolares são objetos de muitas pesquisas de historiadores da educação e os temas relativos à saúde permeiam várias delas; cito duas: a de Marcus Levy Albino Bencostta (2005), que faz alusão à questão da salubridade – tanto da localização, quanto do edifício da escola (espaço das salas, iluminação, etc), e a de Rosa Fátima de Souza (1998), que apresenta como estratégias de um projeto médico-pedagógico algumas das considerações sobre organização, lições e métodos implantados no grupo escolar. Outro livro de Rosa Fátima de Souza (2008), sobre atividades escolares e currículos no ensino primário e secundário no

¹⁴ Confira o texto na lista de links da revista: O serviço especial de saúde pública e suas ações de educação sanitária nas escolas primárias (1942-1960), de Rogério Dias Renovato e Maria Helena Salgado Bagnato, que aborda a escola primária como alvo de concepções e ações educativas em saúde promovidas pelo Serviço Especial de Saúde Pública. A partir da Revista e do Boletim do SESP, os autores tentam captar como e se as ideais sobre o saudável difundidas pelo Serviço foram incorporadas nas escolas ou pelos escolares (RENOVATO; BAGNATO, 2010).

¹⁵ Confira o texto na lista de links da revista: A saúde entre a lei e o costume na escola primária paranaense, final dos anos 1910, de Liane Maria Bertucci, que analisa o caso de transferência, motivada por questões de insalubridade, de uma escola isolada paranaense em 1917. A autora discute como, em tempos da difusão de ideias sanitaristas, determinações da legislação escolar, cotidiano familiar e costumes que permeavam diferentes grupos sociais se entrelaçaram nesse ato administrativo que ocasionou protesto de pais de alunos e motivou disputa entre pais, professora e autoridades educacionais. (BERTUCCI, 2014).

Brasil, permite uma percepção da presença, difusa e permanente do tema saúde na escola além das séries iniciais de formação.

Como um exemplo dos estudos que têm como objeto de pesquisa a educação fora do universo escolar e que abordam o tema saúde, cito o texto de Moysés Kuhlmann Jr. (2002), no qual o autor, a partir da análise da organização e da temática discutida no Congresso Brasileiro de Proteção à Infância e 3º Congresso Americano da Criança, realizados em conjunto no Rio de Janeiro em 1922, destaca o espaço privilegiado da educação no evento e a evidente importância da saúde e da educação da população, notadamente das mães, quando a questão era a higiene infantil.

Especialmente a partir do início da década 1990, em meio ao aumento de trabalhos historiográficos sobre educação e sobre saúde, cresceu o número de textos sobre história da educação em saúde. Nesses a matriz foucaultiana é prevalente e é perceptível o diálogo com a sociologia (p.ex. Norbert Elias e Pierre Bourdieu), mas, em poucos anos, cada vez mais estudos utilizaram perspectivas teórico-metodológicas, tantas vezes combinadas, forjadas por Roger Chartier, Michel de Certeau e, em menor escala, por Edward P. Thompson.

Entre esses estudos sobre história da educação em saúde estão: o livro de Vera Regina Beltrão Marques (1994) que, a partir das discussões de teses eugênicas difundidas no Brasil da primeira metade do século XX, discute as ações médicas no âmbito escolar e as práticas de professoras, devidamente instruídas pelos doutores, para a constituição de “corpos dóceis”¹⁶. O texto de Marta Maria Chagas de Carvalho (1997), no qual a autora define disciplina como ortopedia e eficiência para entender intervenções reguladoras e higiênicas que tiveram como alvo a infância. Carvalho discute a criação, em 1914, do Laboratório de Pedagogia Experimental, do Gabinete de Psicologia e Antropologia Pedagógica (anexo à Escola Normal Secundária de São Paulo) e o Curso de Antropologia e Psicologia Pedagógica ministrado nessa instituição. O Curso resultou em um livro, difundido entre professores, que trazia o modelo da Carteira Biográfica Escolar – para dados antropológicos e físico-psicológicos dos alunos¹⁷.

¹⁶ Confira o texto na lista de links da revista: A fabricação de aprendizes nas escolas paulistas do SENAI (1942-1955), de Vera Regina Beltrão Marques, que a partir das propostas médico-científicas para a constituição do brasileiro sadio, discute as ações do Serviço Nacional da Indústria para a formação de futuros trabalhadores, saudáveis, instruídos e disciplinados para o trabalho fabril (MARQUES, 2009),

¹⁷ Confira o texto na lista de links da revista: Entre o exame do corpo infantil e a conformação da norma racial: aspectos da atuação da Inspeção Médica Escolar em São Paulo, de Heloísa Helena Pimenta Rocha, sobre os exames físicos e psicológicos dos alunos das escolas primárias paulistas que eram realizados pela Inspeção Médica Escolar, criada em 1911, e como tais exames concorreram para delinear padrões de normalidade e anormalidade e um perfil racial dos escolares (ROCHA, 2015).

O livro de José Gonçalves Gondra (2004), no qual o autor aborda os debates da Academia Imperial de Medicina, a formação (acadêmica e *latu sensu*) dos médicos e as teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a partir de meados do século XIX, para entender as formulações que esses indivíduos elaboravam para a cidade e, como parte significativa do urbano, para a escola e seus frequentadores¹⁸. O livro de Erica Piovam de Ulhôa Cintra (2014) que, discutindo a criação e instalação da Faculdade de Medicina do Paraná, em 1912-1913, destaca os meandros da formação médica proporcionada pelo ensino na instituição e também por atividades extracurriculares dos futuros doutores — dos laboratórios à biblioteca, da Maternidade do Paraná e dispensários às revistas e associações médicas.

O livro de Heloísa Helena Pimenta Rocha (2003) que tem como tema a atuação médica no e para o universo escolar, a partir de ações desenvolvidas no Instituto de Higiene de São Paulo (1918-1925). A autora faz estudo detalhado do empreendimento educacional que tinha como objetivo transformar normalistas em educadoras sanitárias e aborda as atividades escolares desenvolvidas pelas formandas do Instituto, apresentando uma variedade de material impresso que poderia ser utilizado pelas professora-educadoras em saúde, além fotografias que exemplificavam “comportamentos exemplares” do alunos.

O texto de Liane Maria Bertucci (2015), que discute como a saúde da criança filha de trabalhadores foi tema de teses médicas defendidas na Faculdade de Medicina de São Paulo e de textos dos jornais operários da capital paulista nos anos 1920. A autora mostra que, em meio a observações de cunho sanitarista e eugênico, tanto para os médicos quanto para militantes operários a questão da educação das mães despontava como meio crucial para manutenção da infância saudável¹⁹. O texto de Maria Stephanou (2005) no qual a autora tece considerações relacionadas à educação e saúde utilizando artigos de revistas médicas dos anos 1930, nas quais pontuam comentários sobre a escola e os escolares e também propostas

¹⁸ Confira o texto na lista de links da revista: Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899), de Irma Rizzini e José Gonçalves Gondra, que discute a ideia de criança como questão social a partir das formulações higienistas presentes em teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e busca analisar as marcas dessas formulações, inclusive em ações educativas, em dois internatos criados entre 1875 e 1899, na cidade do Rio de Janeiro para recolhimento de órfãos, abandonados e desvalidos (RIZZINI; GONDRA, 2014).

¹⁹ Confira o texto na lista de links da revista: “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX, de Ana Paula Vosne Martins. A partir da literatura de aconselhamento médico produzida nos anos 1930-40, com várias reedições, a autora analisa como os médicos buscaram ensinar às mães, e futuras mães, formas “corretas” de cuidados diários com a criança (alimentação, vestuário, etc) que incluíam até os primeiros socorros com a prole; Martins assinala que em alguns desses livros foi preconizada a formação de uma mãe-enfermeira (MARTINS, 2008).

médico-pedagógicas nas quais é possível perceber a revelância e urgência de ações para higienizar e regenerar o brasileiro²⁰.

Para finalizar, menciono o livro organizado por Liane Maria Bertucci, André Mota e Lilia Blima Scharaiber (2017) com capítulos de autores de diferentes formações — historiadores, educadores, médicos e outros profissionais da área da saúde, cientistas sociais — e com diferentes concepções teóricas, que estabeleceram um diálogo com a história da relação saúde-educação. A obra apresenta três eixos temáticos: a formação de profissionais da área da saúde; as campanhas e práticas de prevenção de doenças; a questão da saúde no universo escolar. Com dois capítulos introdutórios, o livro tem como recorte temporal o Brasil do final dos Oitocentos até os últimos anos do século XX, com considerações pontuais sobre o século XXI.

Textos selecionados e outros

Este é um artigo que não termina com uma conclusão, ou considerações finais, mas com o convite para a leitura de dez trabalhos selecionados cuja forma de acesso está disponibilizada neste número da *Pensar a Educação em Revista*. Esses textos, de diferentes temas e perspectivas teórico-metodológicas, foram citados em notas de rodapé com pequenos comentários, mas acredito que mais do que as palavras que escrevi será a leitura integral desses trabalhos, e de outros que constam das referências bibliográficas, que motivara o interesse pela história da educação em saúde.

²⁰ Confira o texto na lista de links da revista: Discursos médicos, educação e ciência: escola e escolares sob exame, de Maria Stephanou, no qual a autora aborda como propostas médicas em discussão na primeira metade do século XX, calcadas nas modernas concepções científicas do período, se desdobraram em considerações sobre a escola e seus frequentadores e em propostas de intervenção no universo escolar para prevenir ou remediar desajustados que pudessem comprometer a constituição ideal do brasileiro (STEPHANOU, 2006).

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. de. *República dos invisíveis*. Emílio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo (1898-1917). Bragança Paulista: Edusf, 2003.

BARREIRA, L. C. *História e historiografia*. As escritas recentes da história da educação brasileira (1971-1988). Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1995.

BENCOSTTA, M. L. A. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). In: BENCOSTTA, M. L. A. (Org.) *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 95-140.

BERTUCCI, L. M. A saúde entre a lei e o costume na escola primária paranaense, final dos anos 1910. *Educar em Revista*, n.54, p.123-140, out-dez 2014.

BERTUCCI, L. M. Para a saúde da criança. A educação do trabalhador nas teses médicas e nos jornais operários (São Paulo, início do século XX). *Mundos do Trabalho*, v.7, n.13, p. 27-42, jan-jun 2015.

BERTUCCI, L. M.; MOTA, A.; SCHRAIBER, L. B. (Orgs.) *Saúde e educação, um encontro plural*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

BOTO, C. *A escola do homem novo*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BURKE, P. *O que é história cultural ?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CAMPOS, A. L. V. *Políticas internacionais de saúde na Era Vargas*. O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

- CAMPOS, C. de. *São Paulo pelas lentes da higiene*. São Carlos: RiMa, 2002.
- CARVALHO, M. M. C. de *Molde nacional de fôrma cívica*. Bragança Paulista: Edusf, 1998.
- CARVALHO, M. M. C. de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M. C. (Org.) *História social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 291-309.
- CASTRO SANTOS, L. A. de; FARIA L. R. de. *A reforma sanitária no Brasil: ecos da primeira república*. Bragança Paulista: Edusf, 2003.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, [1980], 2011. 2 volumes.
- CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. 3ªed. Rio de Janeiro: Forense, [1975], 2011.
- CHARTIER, R. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHARTIER, R. O mundo como representação [1989]. *Estudos avançados*. São Paulo, v.5, nº. 11, p.173-191, jan-abr 1991.
- CHARTIER, R.; ROCHE, D. O livro: uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Dirs.) *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, [1974] 1976, p.99-115.
- CINTRA, E. P. de U. *História, ciência, saúde e educação: a institucionalização da ciência médica e a Faculdade de Medicina do Paraná (1912-1946)*. Curitiba: Editora UFPR, 2014.
- COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- COSTA, N. do R. *Lutas urbanas e controle sanitário*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- CUETO, M. *El regreso de las epidemias*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1997.
- DONNANGELO, M. C. F. *Medicina e sociedade*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- EDLER, F. C. A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico. *Asclepio*, v. L, n.2, 169-185, 1998.
- EDLER, F. C. O debate em torno da medicina experimental no Segundo Reinado. *História, ciências, saúde – Manguinhos*, v. III, n.2, p. 284-299, jul-out 1996.
- FARIA, L. Educadoras sanitárias e enfermeiras de saúde pública: identidades profissionais em construção. *Cadernos Pagu*, n. 27, p.173-212, dez. 2006.
- FERREIRA, L. O. Uma interpretação higienista do Brasil imperial. In: HEIZER, A.; VIEIRA, A. A. P. (Orgs.) *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p.207-223.

FERREIRA, L.O.; FONSECA, M.R.F da; EDLER, F.C. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino. In: DANTES, M. A. M. (Org.) *Espaços da ciência no Brasil, 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001, p.59-77.

FIGUEIREDO, B. G. Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: a mediação entre o saber acadêmico e o saber popular. *Educar em Revista*, n. 25, p.59-73, jan-jun 2005.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. 2ªed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, [1966]1980.

GONDRA, J. G. *Artes de civilizar*. Medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2004.

GUIMARÃES, M. R. C. *Civilizando as artes de curar*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.

HÉBRARD, J. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. In: ABREU, M. (Org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras, 1999, p.33-77.

KEMP, A.; EDLER, F. C. A reforma médica no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação entre duas retóricas. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v.11, n. 3, p.569-585, dez 2004.

KUHLMANN, JR. M. A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil início do século XX. In: FREITAS, M. C.; KUHLMANN JR, M. (Orgs.) *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002, p.459-503.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 3ªed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

LADURIE, Emanuel Le R. *Montaillou, povoado occitânico, 1294-1324*. São Paulo: Companhia das Letras, [1975]1997.

LAPA, J. R. do A. *História e historiografia - Brasil pós 64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LATOUR, B. *Ciência em ação*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LE GOFF, J. (Dir.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, [1978]1990.

LE GOFF, J. NORA, P. (Dirs.) *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, [1974] 1976.

LIMA, N. T. de; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, M.C.; SANTOS, R. V. (Orgs.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996, p. 23-40.

LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. de O. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUZ, M. T. *Medicina e ordem política brasileira* Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MACHADO, R. *et al. Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARINHO, M.G.S.M.C. *Norte-americanos no Brasil*. Uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952). Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

MARQUES, V. R. B. A fabricação de aprendizes nas escolas paulistas do SENAI (1942-1955). *História da Educação*, v. 13, p. 171-191, set-dez 2009.

MARQUES, V. R. B. *A medicalização da raça*. Campinas: Editora Unicamp, 1994.

MARTINS, A. P. V. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 15, n.1, p. 135-154, jan-mar 2008.

MASCARENHAS, R. dos S. *Contribuição para o estudo da administração sanitária estadual em São Paulo*. Tese (Livre-docência), Faculdade de Higiene e Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 1949.

MEIRELLES, N. S. *et al* Teses doutorais de titulados pela Faculdade de Medicina da Bahia, 1840 a 1928. *Gazeta Médica da Bahia*, v.74, nº 1, p.9-101, jan-jun 2004.

MERHY, E. E. *O capitalismo e a saúde pública*. Campinas: Papirus, 1985.

MONARCHA, C. *Escola normal da praça*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

MOTA, A. *Tropeços da medicina bandeirante*. São Paulo: Edusp, 2005.

NÓVOA, A. História da educação: percursos de uma disciplina. *Análise Psicológica*, v.4, nº XIV, p. 417-434, 1996.

RENOVATO, R. D.; BAGNATO, M. H. S. O serviço especial de saúde pública e suas ações de educação sanitária nas escolas primárias (1942-1960). *Educar em Revista*, n. especial 2, p. 277-290, 2010.

REVEL, J.; PETER, J.P. O corpo: o homem doente e sua história. In: Le GOFF, J.; NORA, P. (Dir.) *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, [1974] 1976, p.141-159.

RIBEIRO, M.A.R. *História sem fim... Inventário da saúde pública*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

RIZZINI, I.; GONDRA, J. G. Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899). *Revista Brasileira de Educação*, v.19, n.58, p.561-584, set 2014.

- ROCHA, H. H. P. *A higienização dos costumes*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- ROCHA, H. H. P. Entre o exame do corpo infantil e a conformação da norma racial: aspectos da atuação da Inspeção Médica Escolar em São Paulo. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 22, p. 371-390, 2015.
- ROSEN, G. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec; Editora Unesp, ([1958] 1994).
- ROSENBERG, C. E. Introduction. Framing disease: illness, society and history. In: ROSENBERG, C. E.; GOLDEN, J. (Eds.). *Framing disease: studies in cultural history*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1992, p.XIII-XXVI.
- SANTOS FILHO, L. de C. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1991. 2 volumes.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, M.R.B. *O laboratório e a república*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.
- SIRINELLI, J.-F. (Dir.) *École Normale Supérieure*. Paris: PUF, 1994.
- SOUZA, R. F. de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008.
- SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- STEPHANOU, M. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M.H.C. (Orgs.) *Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. III – século XX*. Petrópolis: Vozes, 2005, p.142-164.
- STEPHANOU, M. Discursos médicos, educação e ciência: escola e escolares sob exame. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 33-64, 2006.
- TELAROLLI JUNIOR, R. *Poder e Saúde*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1963]1987. 3 volumes.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, [1978] 1981.
- VIDAL, D. G. (Org.) *Grupos escolares*. Campinas: Mercado das Letras, 2006.
- VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, p. 37-70, 2003.